

ANAIS DO
VII SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES
UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA

Organizado pelo Prof. *Eurípedes Simões de Paula*

A CIDADE E A HISTÓRIA

VOLUME I

LV
Coleção da *Revista de História*
Sob a direção do Professor
Eurípedes Simões de Paula



SÃO PAULO — BRASIL
1974

MONOCULTURA E URBANIZAÇÃO NA REGIÃO CACAUUEIRA DA BAHIA.

JOHANNES AUGEL
*ANTÔNIO FERNANDO GUERREIRO DE FREITAS (**).*
da Universidade Federal da Bahia.

1. — Objetivo.

Os apontamentos que se seguem propõem-se a estudar um dos aspectos mais fundamentais do fenômeno da monocultura: a sua capacidade ou incapacidade de gerar e sustentar, por um processo de diversificação da atividade econômica — sobretudo no setor da industrialização — a urbanização que, por sua vez, é considerada como indicador do desenvolvimento global. Alguns elementos do processo de urbanização, tais como a evolução demográfica e a estrutura econômica e ocupacional, são examinados numa área que abrange todo o sul da Bahia, abarcando tanto regiões nitidamente monocultoras e outras com formas mistas de ocupação econômica, quanto, também, áreas em que o cacau não desempenha nenhum papel ou se limita a uma faixa de pouco significado dentro de outras atividades. Este procedimento vai nos ajudar a comparar o autodinamismo da cultura cacauueira com o de outras culturas e de outros setores econômicos.

2. — Introdução.

Tomando como ponto de partida os vinte municípios baianos que foram os maiores produtores de cacau em 1965, constatamos que a percentagem da população recenseada em 1970 no “quadro urbano” é bem diversa entre si, diferindo entre 5,21% (Una) e 79,46% (Itabuna). Baseando-se em levantamentos do IBGE

(*) . — Comunicação apresentada na 7ª sessão de estudos, Equipe B, no dia 7 de setembro de 1973 (*Nota da Redação*).

(**) . — A colaboração de Antônio Fernando Guerreiro de Freitas responde ao cap. 6.

Tabela 1: *População urbana dos vinte municípios maiores produtores de cacau.*

Município	Número de Fazendas de Cacau	Produção Total	(arrôbas) Média por fazenda	População em 1970 Pop. total recenseada do Município	Pop. urb. recenseada na sede do Munic.	%da População urbana
Ilhéus	1.131	1.164.297	1.029	109.050	59.251	54,33
Itabuna	615	811.777	1.320	114.772	91.202	79,46
Itajuípe	526	638.188	1.213	19.961	10.082	50,51
Camacã	639	602.406	943	22.980	6.215	27,05
Uruçuca	336	497.464	1.480	15.446	3.723	24,10
Una	504	416.314	826	22.325	1.162	5,21
Canavieiras	686	412.202	601	33.996	10.310	30,33
Coaraci	308	343.124	1.114	21.937	13.940	63,55
Aureliano Leal	255	325.480	1.276	12.322	2.959	24,01
Belmonte	544	325.016	597	21.670	2.322	10,72
Ibicaraí	340	324.015	953	26.677	15.493	58,08
Ipiaú	289	259.565	898	28.151	18.738	66,56
Barro Preto	163	254.915	1.564	6.050	1.934	31,97
Bucarema	409	251.095	614	18.971	7.260	38,27
Itamaraju	290	232.395	801	64.868	10.421	16,07
Ibirapitanga	281	230.417	820	13.358	2.942	22,02
Ibirataia	273	230.230	843	14.504	4.773	32,91
Itapebi	250	218.780	875	14.033	2.573	18,34
Ubaítaba	223	208.579	935	11.344	4.954	43,67
Pau Brasil	237	200.753	847	15.352	5.065	32,99

Fontes: SINOPSE BAHIA 1970: 46-88.

ALENCAR 1970: 8, em base de fichas cadastrais do CACEX.

Cálculos do autor.

(SINOPSE BAHIA 1970), temos que atentar que o “quadro urbano” inclui toda a população das sedes municipais, sem levar em conta sua atividade eventual no setor primário ou outras características de “urbanização”. Sabemos, efetivamente, que a percentagem da população ativa no setor primário, mas residente na cidade, é relativamente alta, e que muitas das “aglomerações urbanas” da região cacauceira não passam de simples conjuntos de moradias com pouca diversificação na estrutura socio-econômica, vivendo e dependendo por inteiro dos arredores agrários.

A população realmente “urbana” será, assim, sensivelmente inferior ao que as percentagens calculadas demonstram. Constatamos, inicialmente, que a percentagem extremamente baixa da população “urbana” em uma série de municípios cacauceiros levanta as primeiras dúvidas sobre a capacidade da cacauicultura — como o ramo economicamente dominante — de gerar urbanização.

Formulamos assim, com base na constatação inicial feita acima, a nossa hipótese de trabalho: o cacau, como cultura predominante no sul da Bahia, manifestou-se — e continua a manifestar-se — um elemento indiferente e até retardatário no processo de urbanização, indicador global da diversificação socio-econômica. Uma tal hipótese parece tanto mais surpreendente que a “Zona Cacauceira” do sul da Bahia, tradicionalmente, é considerada como o sustentáculo principal da economia baiana. Ainda em 1960 um grupo de economistas afirmava a importância e o dinamismo da economia cacauceira, caracterizando a região

“como aquela que produz a maior fonte de divisas externas e internas do Estado, comandando, portanto, o seu poder de compra, e consequentemente o seu processo de desenvolvimento” (AGUIAR 1960: 7).

Para testar a nossa hipótese, tentaremos, primeiro, esclarecer em que bases se efetuou o processo de urbanização no caso das cidades com alto índice de “população urbana”; em segundo lugar, examinaremos qual o papel da cultura cacauceira neste processo e qual o destino das importantes rendas geradas pelo cacau, uma vez que o grau de investimentos na própria zona continua reduzido.

3. — *A região cacauceira.*

Retraçar historicamente o processo de urbanização na região cacauceira parece tarefa árdua e só realizável para uma ou outra ci-

dade. As estatísticas quase nunca distinguem entre população urbana e população rural, e os poucos censos econômicos encontrados são sumamente falhos e duvidosos. Os municípios sofreram inúmeras variações nos seus limites, de modo que as cifras disponíveis se referem às áreas mais diversas.

Tentaremos, primeiro, uma abordagem global do desenvolvimento demográfico. Incluiremos na lista dos municípios e cidades estudados, além dos constantes da relação da tabela I, todos os municípios do sudeste da Bahia com uma população urbana recenseada de mais de 10.000 em 1970, embora, na literatura geográfica, normalmente, seja adotado o limite de 20.000 habitantes para considerar uma aglomeração como cidade.

Seguindo a divisão em micro-regiões, estabelecida pelo IBGE, abrangeremos, sob os critérios expostos, a região delimitada pela linha Valença — Jequié — Boa Nova — Poções — Conquista, seguindo a fronteira com Minas Gerais e o Espírito Santo até a costa do Atlântico. Nessa região, correspondendo à “região do cacau” em termos mais amplos, só poucas cidades ultrapassam os 20.000 habitantes: Jequié, Vitória da Conquista, Itapetinga, Valença, Ilheus e Itabuna; entre 10.000 e 20.000 habitantes contam Poções, Itambé, Canavieiras, Coaraci, Itacará, Ipiaú, Itajupe, Ubatã e Itamaraju, (1), essas últimas, em verdade, mais com características rurais do que urbanas, e com pouca importância como centros regionais.

A região assim delimitada corresponde, grosso modo, à “região do cacau”, na definição dos órgãos políticos e técnicos competentes, isto é, a região em que o cacau tem qualquer relevância econômica. Nota-se, de início, que a micro-região 156: (Litorânea do Extremo Sul da Bahia), carece completamente de “cidades”, embora os seus municípios correspondam todos a localidades antigas. Ocuparam, também, lugares de certa importância na produção do cacau. O Instituto de Cacau da Bahia conta os municípios de Mucuri, Porto Seguro e Prado entre as “principais zonas produtoras” (ICB 1958), e a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros afirma, para todos os municípios desta micro-região, com exceção de Caravelas (prevalência da madeira), que

“a atividade fundamental à economia do município é a cultura do cacau” (Alcobaça, EMB, XX: 27) ou que “a ati-

(1). — Itamarajú, com 10.421 habitantes no “quadro urbano”, em 1970, representa, contudo, uma certa excessão; cf. p. 27.

vidade agrário-econômica fundamental é a cultura do cacau” (Prado, EMB, XXI: 145).

Assim mesmo, verificamos que a produção ficou relativamente modesta na região:

TABELA 2: Produção de cacau na Micro-Região Litorânea do Extremo Sul da Bahia, 1932-1965 (em sacos de 60 kg.).

	média 1932/37	média 1937/41	média 1942/47	média 1947/52	média 1952/57	produção 1965
Alcobaça	—	—	—	—	—	1.013
Caravelas	—	—	—	—	—	—
Mucurí	4.726	7.399	4.554	11.272	25.440	1.925
Nova Viçosa	—	—	—	—	—	325
Porto Seguro	6.083	7.679	6.242	7.913	20.378	19.673
Prado	7.926	10.550	11.256	13.857	28.367	8.003
Santa Cruz Ca- brália	—	—	—	—	—	1.125

fontes: 1932-1957: calculado pelo autor em base de ICB 1958 1965: ALENCAR 1970: 25-26 indica arrobas).

4. — O dinamismo demográfico da região.

Ao constatarmos o reduzido dinamismo de “urbanização” da região cacauceira, vemos que tal fenômeno corresponde ao quadro demográfico geral da zona dentro do conjunto das micro-regiões da Bahia: enquanto a região ocupa lugares de destaque na densidade demográfica e no total dos habitantes, está num dos últimos lugares na escala do crescimento demográfico entre as micro-regiões da Bahia na década de 1960/70 (tabela 3):

O crescimento demográfico da região cacauceira perfaz, na década em apreço, um pouco mais da metade da média da Bahia, e bem menos da metade da média nacional, revelando, assim, sinais irrefutáveis de acelerado decréscimo relativo, cujas interrelações com a economia regional deveriam ser estudadas. Surpreende, também, o crescimento demográfico do Interior do Estado que, embora ainda com densidade demográfica e cifras absolutas reduzidas, ultrapassa de longe, no seu desenvolvimento populacional, as antigas regiões cultivadas do Recôncavo e da zona do cacau. Limitar-nos-emos a indicar, nesses apontamentos, o fenômeno global demográfico como um componente do processo de urbanização.

Vale ressaltar que a pequena taxa média do crescimento demográfico da região cacauceira se compõe de forma bem diversa:

TABELA 3: Quadro demográfico das micro-regiões da Bahia, 1960/70.

Densidade demográfica (hab./km ²) 1970	População em 1960	População em 1970	crescimento demográfico 1960/70
1. Salvador 334, 14	Salv. 765.884	Salv. 1.217.483	Salv. 58,96%
2. Recôncavo 73,99	Cacau. 556.430	Cacau. 637.502	Médio São Francisco 57,14%
3. Cacaueira 36,95	Recôncavo 470.055	Feira de Santana 515.609	Sertão de Paulo Afonso 55,12%
4. Feira de Santana 34,51	Feira de Santana 404.772	Recônc. 484.093	Chapada Diamantina Setentr. 51,43%
5. Agreste de Alagoinhas 28,30	Jequié 336.565	Serra Geral 412.294	Litorânea Extremo Sul 43,64%
6. Jequié 22,58	Chap. Diam. Merid. 330.884	Chap. Diamant. Merid. 381.715	Correadeiras do S. Franc. 39,62%
7. Tabuleiros de Valença 22,38	Serra Geral 326.874	Agreste de Alagoinh. 363.035	Chapadões do Rio Corrente 36,63%
8. Serrinha 22,24	Agrest. de Alagoinh. 315.797	Jequié 353.874	Serrinha 35,51%
9. Encosta do Planalto de Conqu. 21,19	Piemonte da Diamant. 273.359	Piemonte da Diam. 334.530	Sertão de Canudos 35,32%
10. Inter. do Extremo Sul 19,81	Planalto de Conqu. 257.387	Planalto de Conqu. 321.349	Interior do Extremo Sul 34,80%
11. Planalto de Conquista 18,71	Serrinha 179.165	Serrinha 242.793	Baixo Médio São Francisco 32,83%
12. Piemonte da Diamantina 14,53	Baixo Médio S. Francisco 167.429	Baixo Médio S. Francisco 22.397	Senhor do Bonfim 32,23%
13. Pastoril de Itapetinha 13,86	Encosta do Planalto de Conqu. 167.071	Chap. Diamant. Setentr. 219.278	Chapadões do Alto R. Grande 29,11%
14. Litoral Norte 13,27	Sertão de Canudos 136.325	Sertão de Canudos 211.531	Feira de Santana 27,38%
15. Serra Geral 11,68	Chap. Diama. Setentr. 144.809	Inter. Extremo Sul 189.267	Serra Geral 26,13%
16. Lit. Extremo Sul 10,57	Inter. Extrem. Sul 140.407	Lit. Extremo Sul 186.813	Planalto de Conquista 24,85%
17. Sertão de Paulo Afonso 10,23	Pastoril de Itapet. 134.265	Encosta Planalto Conqu. 170.544	Piemonte da Diamantina 22,38%
18. Chapada Diamantina Se- tentr. 9,91	Lit. do Extrem. Sul 128.271	Senhor do Bonfim 165.914	Chap. Diam. Meridional 15,36%
19. Sertão de Canudos 9,66	Senhor do Bonfim 125.439	Chapad. do Alto RG. 145.718	Agreste de Alagoinhas 14,77%
20. Senhor do Bonfim 8,99	Tabul. de Valença 122.701	Pastor de Itapetinga 143.993	Tabuleiros de Valença 14,57%
21. Chapada Diamantina Merid. 8,25	Chap. do Alto RG 112.862	Tabuleiro de Valença 140.819	Cacaueira 14,57%
22. Médio São Francisco 5,21	Chap. do Rio Corrente 100.001	Chapad. do Rio Corrente 136.629	Litoral Norte 9,74%
23. Correideir. do São Franc. 4,79	Corred. do São Francisc 78.129	Sertão de Paulo Afonso 112.680	Pastoril de Itapetinga 7,25%
24. Chapadões do Rio Cor- rente 3,37	Sertão de Paulo Afonso 72.640	Corred. do São Francisco 109.087	Jequié 5,14%
25. Baixo Méd. São Francisco 2,93	Litoral Norte 61.632	Médio São Francisco 96.535	Recôncavo 2,99%
26. Chapadões do Alto Rio G. 1,98	Médio São Francisco 61.432	Litoral Norte 67.658	Encosta do Planalto de Con. 2,08%
Bahia 13,41	5.990.605	7.583.140	26,58%
Brasil	70.119.071	93.204.379	32,92%

fonte: SINOPSE BAHIA 1970 e cálculos do autor.

TABELA 4: *Os municípios da região cacauzeira na ordem do crescimento demográfico 1960/70.*

Município, com indicação das alterações na divisão territorial 1960/70	população recenseada		crescimento 1960/1970
	1960	1970	
Mascote (n)	6.060	10.670	76,07%
Itabuna (-)	77.942	114.772	47,25%
Ubatã	12.322	17.394	41,16%
Canavieiras (-)	25.685	33.996	32,36%
Teolândia (n)	6.068	8.020	32,17%
Uruçuca	13.109	15.446	17,83%
Barro Preto (n,+)	4.629	6.050	30,70%
Itacaré (+,-)	11.022	14.141	28,30%
Coaraci (+,-)	17.503	21.937	25,33%
Una	18.009	22.325	23,97%
Ilheus (-)	89.626	109.050	21,67%
Gandú (+,-)	15.376	18.142	17,99%
Uruçuca	13.109	15.446	17,83%
Camacan (n)	19.678	22.980	16,78%
Ipiaú (+,-)	24.203	28.151	16,31%
Buerarema (n)	16.326	18.971	16,20%
Ibiratáia (n,-)	12.667	14.504	14,50%
Ubaitaba (+,-)	10.257	11.344	10,60%
Itajuípe (-)	18.261	19.961	9,31%
Wenceslau Guimarães (n,+)	14.036	15.265	8,76%
Gongogi (n,-)	10.296	9.913	— 3,72%
Ibicaraí (-)	28.847	26.677	— 7,52%
Almadina (n,+,-)	8.898	7.891	— 11,32%
Itamarí (n,+,-)	6.464	5.354	— 17,17%
Itapé (n)	15.520	12.797	— 17,54%
Barra do Rocha (n,+)	10.850	8.151	— 24,88%
Belmonte	29.717	21.670	— 27,08%
Aurelino Leal (n,-)	18.256	12.322	— 32,50%
Itapitanga (n)	14.803	9.608	— 35,09%

fonte: SINOPSE BAHIA 1970 e cálculos do autor .

O crescimento ou o decréscimo demográfico dos diversos municípios é explicado em parte pelas alterações na divisão territorial entre 1960 e 1970 (cf. SINOPSE BAHIA 1970: 141-163), embora tais alterações, com exceção dos casos de criação de novos municípios, geralmente se refiram a distritos ou partes de distritos demograficamente menos significativos. Nem as perdas (—) ou ganhos (+) de território, nem a criação de novos (n) municípios, afetam o quadro

geral da micro-região; só no caso do município de Ibicarai constatamos perda em favor dos novos municípios de Floresta Azul, Firmino Alves e Santa Cruz da Vitória, todos os três da micro-região 153 — “Encosta do Planalto de Conquista” —, enquanto os municípios de Teolândia e Wenceslau Guimarães ganharam da micro-região 152 — “Tabuleiros de Valença”; ambos os casos parecem de importância numérica ínfima, e não importam em alteração para o quadro geral do pouco crescimento demográfico da região cacauceira.

Dentro de tal quadro geral, alguns municípios da região do cacau estão em franco processo de decadência demográfica. Limitar-nos-emos a ressaltar o caso de Belmonte, antigo porto da região, importante como escoador para navegação de cabotagem, município situado no coração da região cacauceira, ocupando o décimo lugar na produção de cacau em 1965 (ALENCAR 1970: 8), o segundo lugar (depois da região de Ilheus-Itabuna) nas safras de 1932/33, 1934/35, e na média do quinquênio de 1947/52 (ICB 1958), assim mesmo só com uma população “urbana” de 5.204 habitantes em 1950 (EMB, XX: 71), caindo essa para menos da metade até 1970 (2.322 habitantes no “quadro urbano”, segundo SINOPSE BAHIA 1970: 47), sendo efetivamente um lugar abandonado, sem característica nenhuma de “cidade”, um aglomerado de casebres e de casas velhas ou fechadas, com reduzido número de construções mais recentes. Apesar de tudo, o município tradicionalmente é um município rico, com grandes e prósperas fazendas de cacau, contando, em 1954, 3.047 propriedades rurais e uma produção agrícola de 189.000 milhares de cruzeiros em 1955, 93,65% dos quais gerados pelo cacau, enquanto, no mesmo ano, a fabricação do pão era designada como sendo “a maior contribuição” para a “produção industrial” (!) (EMB, XX: 71).

Posta em dúvida, inicialmente, a interdependência entre produção de cacau e grau de urbanização (cf. Tabela 1); constatado, em seguida, o número reduzido de cidades em toda a região meridional da Bahia, com o particular de que, das antigas cidades do litoral extremo sul, nenhuma assumiu características urbanas; e, finalmente, ressaltado o diminuto crescimento demográfico de toda a micro-região cacauceira, em relação às demais micro-regiões baianas (Tab. 3), o que corresponde, em muitos casos, a um decréscimo populacional relativo e mesmo absoluto, chegamos à conclusão, no caso de Belmonte, tomado como típico, de que existe uma provável interdependência causal entre a riqueza de um “município de cacau” e a sua estagnação e decadência em termos de desenvolvimento urbano.

5. — *Causas e taxas da urbanização.*

Lançada a hipótese de que a monocultura do cacau se revelou um fator indiferente e até retardatário no processo de urbanização, constatando-se por outro lado, a evidência de um certo número de “cidades” na região do cacau, teremos que tentar identificar os demais setores da economia regional e suas influências no processo da urbanização.

Os dados encontrados para o período anterior a 1950, não distinguem entre a população total dos municípios e a população residente ou recenseada nas sedes municipais. Também as múltiplas alterações de limites, sobretudo o desmembramento de municípios antigamente grandes, dando lugar a dois, três ou mais atuais, quase que tornam impossíveis quaisquer comparações abrangendo um período mais amplo.

Para efeitos da medição do crescimento urbano, oferecem-se os dados referentes à população urbana em 1950 e 1970, já que não dispomos de dados comparáveis para a época anterior, levando-se ainda em conta uma certa falta de expressividade de tais dados, uma vez que as cifras não nos fornecem nenhuma indicação sobre urbanização em termos outros que puramente demográficos. Tudo indica que os dados se referem globalmente à população recenseada nas aglomerações sedes dos municípios, independentes de qualquer “característica urbana”, afinidade dos habitantes, tipo de construção ou o que seja. Comparando, nessa base, os dados do crescimento urbano de alguns grupos de municípios, constatamos que o grupo das cidades fora da micro-região cacauzeira cresceu em 240,60% no referido período, enquanto o “centro bicéfalo” da região cacauzeira, Itabuna e Ilheus, cresceu 213,81% em vinte anos; esta taxa, no resto das cidades sedes municipais da micro-região cacauzeira, só atinge a cifra de 64,56% (2). O desenvolvimento urbano do centro regional, efetivamente, não só ultrapassa todo o resto da região cacauzeira, mas tudo indica que ainda constitui uma das causas para o não-desenvolvimento do resto dos municípios, caso evidente, por exemplo, na suplantação dos demais portos pelo porto de Ilheus, e pelo desenvolvimento de Ilheus-Itabuna como centros comerciais, e em todo o setor de prestação de serviços.

(2). — Dados calculados com base na SINOPSE BAHIA 1970. Excluímos os atuais municípios de Ibi-ápitanga, Una e Itamarajú, que, sozinhos, dariam uma média de crescimento de 668,93% em 20 anos, uma vez que em 1950 os correspondentes núcleos urbanos eram, numericamente, quase inexistentes em termos populacionais; excluímos ainda Camacan por falta de dados relativos a 1950. O crescimento calculado refere-se, deste modo, a 14 dos 20 municípios da micro-região cacauzeira.

PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIAMENTOS INDUSTRIAIS POR GRUPOS DE MULTITUDE
 PARTICIPAÇÃO PORCENTUAL DO TOTAL DA ZONA SUL

1970



GRÁFICO 2

LEGENDA

- GRUPO 1
- - - GRUPO 2
- GRUPO 3
- . - . GRUPO 4

PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS POR GRUPO DE ALUMNOS
 PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO TOTAL DA ZONA SUL

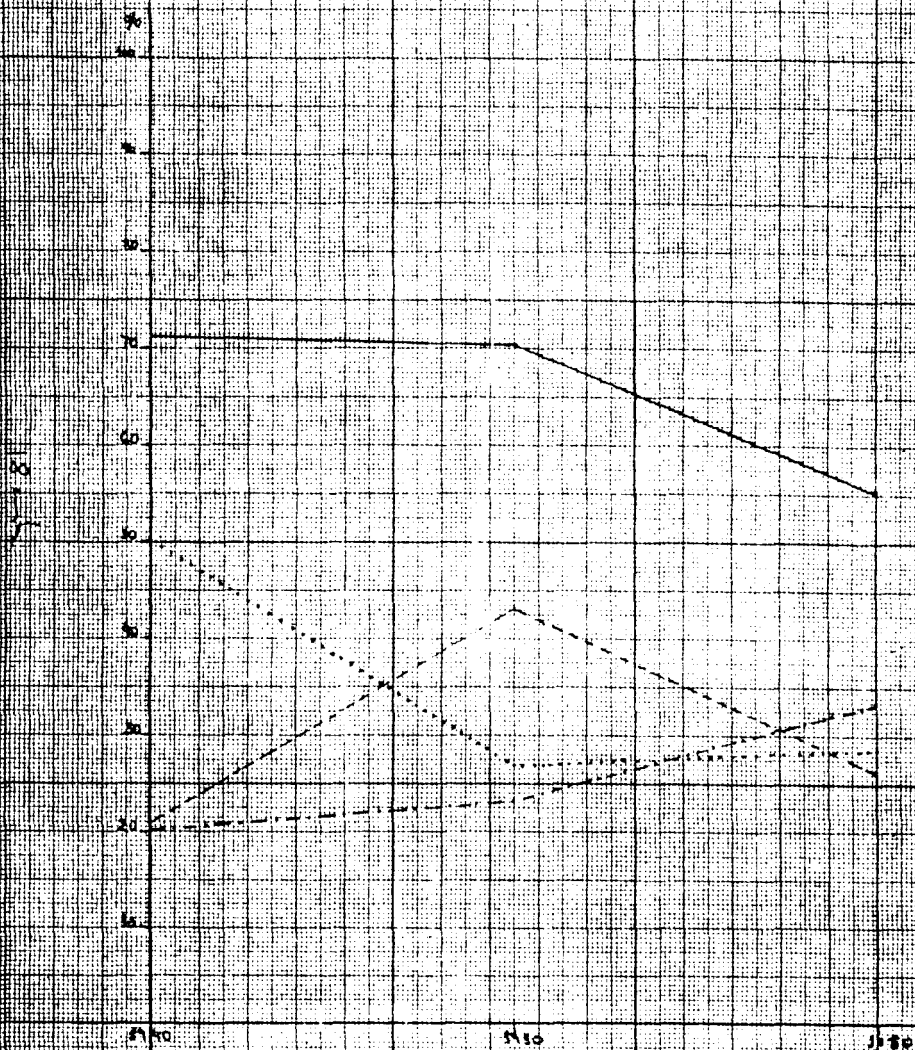
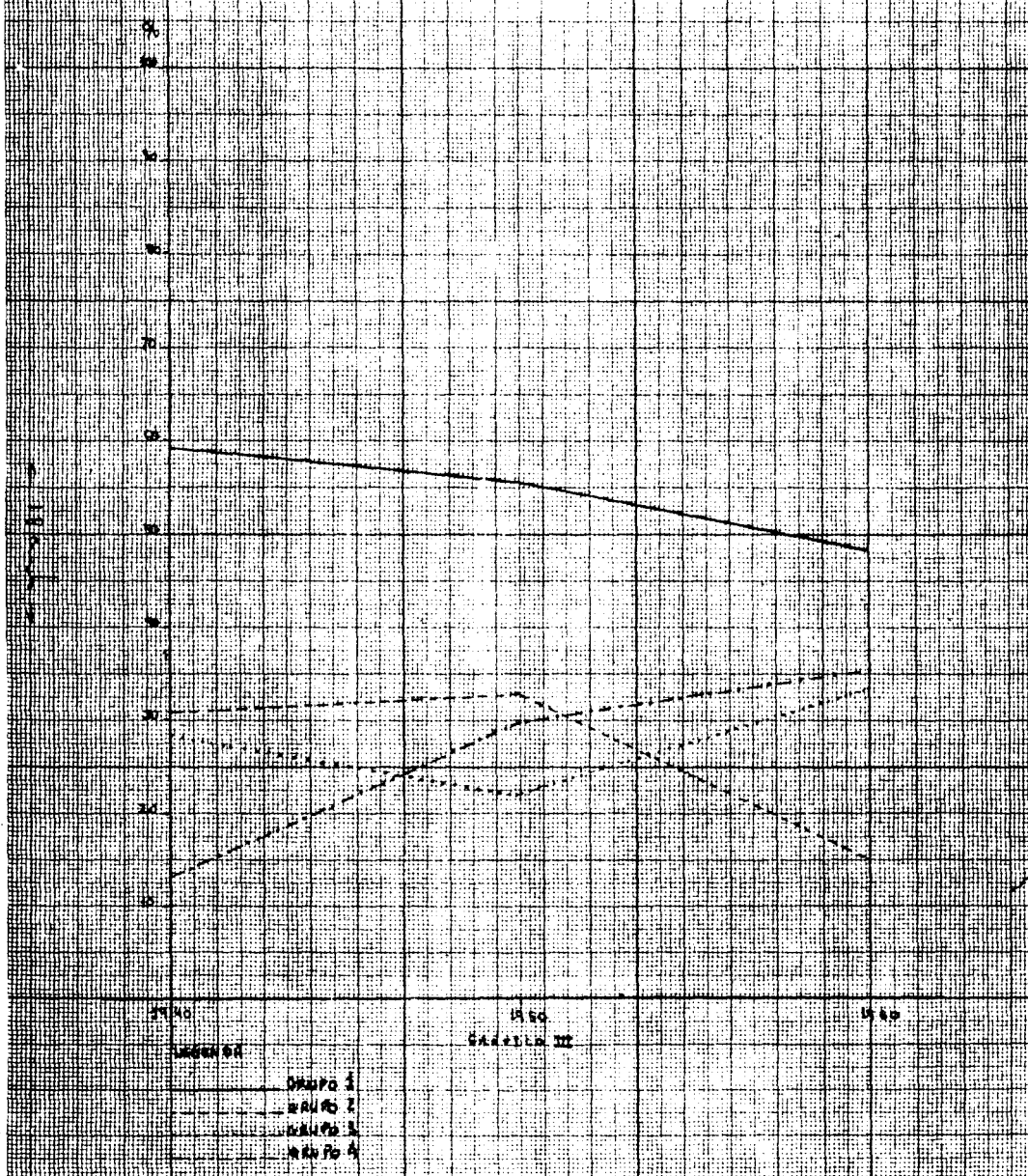


GRÁFICO II

LEGENDA

- GRUPO 1
- - - GRUPO 2
- ... GRUPO 3
- . - GRUPO 4

PESSOAL OCUPADO EM ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS POR GRUPOS DE SUBJEITOS
 PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DO TOTAL DA ZONA SUL



Comparando tais taxas de crescimento urbano com a média do resto dos municípios constantes da Tabela 5, o total do crescimento de 1950 a 1970 de todas as cidades de 10.000 e mais habitantes (em 1970) é de 188,97%. Neste grupo, as cidades da micro-região cacauceira (micro-região 154, segundo a classificação do IBGE) (2), só atingem um aumento de 148,97%, enquanto as que se encontram fora da micro-região registram crescimento de 240,60%.

TABELA 6: *taxas de crescimento urbano de 1950 a 1970.*

	População	Aumento em 20 anos
Cidades do sul da Bahia com mais de 10.000 hab., com exclusão da micro- região cacauceira.	1950: 68.164	240,60%
	1970: 232.163	
Itabuna e Ilhéus	1950: 47.944	213,81%
	1970: 150.453	
Cidades do sul da Bahia com mais de 10.000 hab., incluindo as da micro- região cacauceira, incl. Ilheus e Itabuna	1950: 156.133	188,97%
	1970: 451.179	
Cidades da micro-região cacauceira com mais de 10.000 hab., incl. Ilheus e Itabuna	1950: 87.969	148,97%
	1970: 219.016	
Cidades da micro-região cacauceira, com excl. de Ilheus e Itabuna	1950: 63.277	64,56%
	1970: 104.126	

Fonte: SINOPSE BAHIA 1970
e cálculos do autor

Comparando o crescimento urbano no sul da Bahia, nas décadas de 1950 e 1960, verificamos, com base nos cálculos feitos, que as cidades cuja estrutura econômico-social não depende do cacau, mas baseia-se numa economia sensivelmente mais diversificada do que a da região cacauceira propriamente dita, acusam um crescimento bem maior da população urbana, em comparação com o centro Ilheus-Itabuna, o qual, por sua vez, se destaca do resto dos municípios cacauceiros. Segundo sua importância em termos demográficos

(3). Com as mesmas exclusões feitas na nota anterior.

TABELA 5: Desenvolvimento demográfico em alguns municípios e cidade do sul da Bahia.

	1872	1892	1911	1920	1950 Total do Município	1950 %da Po- pulação	1950 Habitantes cidade	1960	1970 Total	1970 Urbana (1)	1950/1970 Crescimento demog áfico urbano
Micro-Região 144: Jequié	—	—	12.267	40.675	90.155	70%	20.652	75.155	101.257	62.998	205,05%
Micro-Região 145: Poções	7.428	9.983	(2)	18.589(3)	99.270	—	3.586	34.425	40.051	10.548	194,14%
Planalto de Vit. da Conq. Conquista	11.408	13.383	25.182	84.038	96.664	76%	17.503	80.113	127.528	83.814	378,86%
Micro-Região 146: Itambé	—	—	—	—	19.305(4)	73%	4.541	27.124	28.319	10.247	125,66%
Pastoril de Itapetinga	—	—	—	—	26.725	70,49%	7.887	39.091	46.776	30.957	292,51%
Micro-Região 152: Ibirapitanga	—	—	—	—	—	—	7.126	17.503	21.937	13.940	310,89%
Tabuleiros de Valença	13.821	18.479	26.902	21.658	33.057	62,57%	11.492(6)	40.186	48.575	21.018	82,89%
Micro-Região 153: Itapebí	—	—	—	—	—	—	1.643	15.288	14.033	2.573	56,60%
Encosta Planalto Conquista	—	—	—	—	—	—	1.800(7)	11.593	15.352	5.065	181,39%
Micro-Região 154: Pau Brasil	—	—	—	—	—	—	1.408(8)	18.256	12.322	2.959	110,16%
Micro-Região 154: Aurelino Leal	—	—	—	—	—	—	1.064(9)	4.629	6.050	1.934	81,77%
Micro-Região 154: Barro Preto	—	—	—	—	—	—	1.800(7)	11.593	15.352	5.065	55,38%
Micro-Região 154: Belmonte	4.323	5.790	27.072	19.706	33.115	77,67%	5.204	29.717	21.670	2.322	108,32%
Micro-Região 154: Buerarema	—	—	—	—	—	—	3.485(10)	16.326	18.971	7.260	—
Micro-Região 154: Camacan	—	—	—	—	—	—	—	19.678	22.980	6.215	56,71%
Micro-Região 154: Canavieiras	3.122	4.185	22.362	18.606	53.830	81,7%	6.579	25.685	33.996	10.310	95,62%
Micro-Região 154: Coaraci	—	—	—	—	19.962	—	—	19.678	22.980	6.215	10,66%
Micro-Região 154: Ibicaraí	—	—	—	—	73.397	84%	14.000	28.847	26.677	15.493	162,25%
Micro-Região 154: Ibirataia	—	—	—	—	—	—	2.916(11)	12.667	14.504	4.773	168,41%
Micro-Região 154: Ilhéus	5.682	7.629	62.209	63.912	134.240(12)	62,63%	22.593	89.626	109.050	59.251	259,76%
Micro-Região 154: Ipiaú	—	—	—	—	48.056(13)	72,2%	6.981	24.203	28.151	18.738	88,84%
Micro-Região 154: Itabuna	—	—	20.529	41.980	74.333(14)	69%	25.351	77.942	114.772	91.202	103,70%
Micro-Região 154: Itajuípe	—	—	—	—	20.755	—	5.339	18.261	19.961	10.082	402,64%
Micro-Região 154: Ubaitaba	—	—	—	—	14.013	81,4%	2.432	10.257	11.344	4.954	178,66%
Micro-Região 154: Ubatã	—	—	—	—	4.631(15)	46%	2.503	12.322	17.394	12.581	12,82%
Micro-Região 154: Una	2.877	3.850	3.384	5.459	11.352	91,3%	417	18.009	22.325	1.162	1.278,44%
Micro-Região 154: Uruçuca	—	—	—	—	9.132(16)	64%	3.300	13.109	15.446	3.723	—
Micro-Região 155: Itamarajú	—	—	—	—	—	—	756(17)	38.585	64.868	10.421	—
Interiorana Extremo Sul											

Fontes: 1872 e 1892: VIANNA 1893: 101-104 1911: BOKEL 1912 1920: AE BAHIA 1924: 479-585 1950: EMB XX e XXI 1960 e 1970: SINOPSE BAHIA 1970: 17-66 — significa que não foram encontrados dados sobretudo nos casos em que o município ainda não tinha sido criado no ano em questão.

- (1). — na sede do município
 (2). — Poções esteve incorporado a Boa Nova nos anos de 1903-1918
 (3). — excluindo a população (Boa Nova).
 (4). — excluindo a população Itapetinga

- (5). — EMB, XX: 125
 (6). — SETRABES 1972: 19 indica 12.370 habitantes urbanos.
 (7). — EMB, XX: 133.
 (8). — EMB, XX: 308 (corresponde a Poções)
 (9). — EMB, XX: 268
 (10). — EMB, XX: 302
 (11). — EMB, XX: 279.
 (12). — Parece também conter a pop. de Coaraci, Itajuípe e Uruçuca

e econômicos, sobressaem-se as cidades de Jequié e Vitória da Conquista, cidades com bases na pecuária, mas com fatores outros influentes, como fortes ramificações de indústria e comércio, e com posição de destaque na rede rodoviária regional e nacional. Nos municípios deste grupo, o cacau não assume papel significativo, Ubatã e Jequié contribuindo com 1,0% do total da produção de cacau em 1965, Itapetinga com 0,8%, Itambé com 0,1%, Valença e Poções com ainda menos, e finalmente Vitória de Conquista, sem produção registrada (ALENCAR 1970: 25/26).

Na micro-região cacauzeira (4), os 64,56% de crescimento da população urbana, fora do centro urbano de Itabuna-Ilheus, traduzem um franco regresso em termos relativos. Enquanto Belmonte acusa regresso em termos absolutos, tanto na sua população urbana de 1950 a 1970 (-55,38%), quanto na população total do município, de 1960 a 1970 (-27,08%), quanto ainda no total dos empregos fora do setor primário, o caso não é único: o crescimento da população urbana de 12,82% em 20 anos em Uruçuca, 10,66% em Ibicaraí, 53,60% em Itapebí, 36,71% em Canavieiras e mesmo em outros casos de até mais ou menos 100% de crescimento da população urbana em 20 anos, na realidade corresponde à estagnação e à decadência, com todos os sintomas, em maior ou menor intensidade, já descritos no caso de Belmonte.

O crescimento urbano de Itabuna e Ilheus parece ser em parte a contrapartida da inércia das cidades menores da região. Em termos demográficos, as oportunidades do centro urbano têm efeito de atrair a imigração do resto da micro-região; em termos econômicos, o "centro bicéfalo" monopolizou, de certa forma, uma série de funções nos setores secundário e terciário que os outros municípios não puderam mais desenvolver: o Porto de Ilheus, rede bancária, instituições administrativas e políticas, certas indústrias de bens de consumo, etc. . .

Mesmo incluindo Ilheus e Itabuna, a média do crescimento atingido pelas cidades da região cacauzeira, possuidoras de mais de 10.000 habitantes, está em 21,17% abaixo da média total das cidades dessa categoria no sul da Bahia e em 38,08% abaixo da média atingida pelo grupo das cidades não ligadas ou pouco ligadas ao cacau (Jequié, Vitória de Conquista, etc.). Interpretamos tal constatação como mais uma evidência para fundamentar a nossa hipótese do correlacionamento negativo entre a monocultura do cacau e a urbanização.

(4). — Cálculos feitos com as mesmas exclusões como à pág. 11., nota 1.

6. — Os setores de indústria e comércio.

Buscando outros indicadores que possam evidenciar o nível de relacionamento entre o monocultura do cacau e urbanização, levantamos o pessoal ocupado e o número de estabelecimentos industriais, comerciais e agrícolas existentes na zona sul entre 1940 e 1960.

Para efeitos de interpretação dos levantamentos feitos e contidos nas tabelas 7, 8 e 9 e nos respectivos gráficos, dividimos a amostra de cidades em quatro grupos, seguindo critérios segundo a estrutura econômica e social, sobretudo da diversificação do setor de produção:

Grupo 1: Cidades com núcleos urbanos e uma diversificação econômica-social mais significativos: Ilheus, Itabuna, Vitória da Conquista, Jequié e Valença .

Grupo 2: Ilheus e Itabuna, o “centro bicéfalo” da região cacauera, e as únicas cidades da zona com um setor urbano mais desenvolvido.

Grupo 3: Os do grupo 1, com exclusão do grupo 2.

Grupo 4: As cidades sedes dos municípios da micro-região 154 (Cacauera) com exclusão de Ilheus e Itabuna.

Analisando o desenvolvimento da posição relativa de cada grupo no período de 1940 a 1970 (1960), surge o seguinte quadro (Cf. Tabela 10).

Examinando os resultados dos levantamentos feitos nas tabelas 7 a 15, constatamos, em primeiro lugar, que a zona, no seu todo, mesmo a sua parte economicamente diversificada e até a não cacauera, mantém, entre as diversas micro-regiões que a compõem, sinais de interdependência. Isso parece explicável na medida em que o “fenômeno cacau”, apesar de suas constantes crises do decorrer do século XX, conseguiu manter face às extensas faixas populacionais das diferentes regiões baianas e algumas nordestinas, uma — nem sempre correta — imagem que apresenta a cacauicultura como geradora de oportunidades de trabalho e bem-estar. Sendo assim, torna-se compreensível que municípios como Valença, Jequié e Vitória da Conquista (grupo 3), tenham contingentes populacionais dispostos a se deslocarem para a região cacauera, sempre que haja indícios de melhoras na produção e no comércio do cacau.

Os gráficos 1, 2 e 3 indicam as transferências de pessoas ocupadas no comércio, indústria e agricultura, dos municípios do grupo

TABELA 10: *Estabelecimentos industriais por grupos de municípios e participação percentual do atual do total da zona sul.*

grupo 1:	1940:	85,09%	(234 estab.)	grupo 2:	1940:	46,54%	(127 estab.)
	1950:	70,52%	(639 estab.)		1950:	40,17%	(364 estab.)
	1960:	49,86%	(544 estab.)		1960:	24,83%	(271 estab.)
	1970:	53,91%	(386 estab.)		1970:	24,16%	(173 estab.)
grupo 3:	1940:	38,55%	(107 estab.)	grupo 4:	1940:	5,81%	(16 estab.)
	1950:	30,35%	(275 estab.)		1950:	19,53%	(177 estab.)
	1960:	25,03%	(273 estab.)		1960:	30,98%	(338 estab.)
	1970:	29,75%	(213 estab.)		1970:	24,72%	(177 estab.)

Tabela 11: *Pessoal ocupado em estabelecimentos industriais por grupos de municípios, e participação percentual do total da zona sul.*

Grupo 1	
1940:	89,52% (2.650 pessoas)
1950:	78,67% (4.521 pessoas)
1960:	63,21% (4.147 pessoas)
1970:	68,05% (6.955 pessoas) (5)
Grupo 2	
1940:	28,92% (858 pessoas)
1950:	35,87% (2.064 pessoas)
1960:	24,46% (1.605 pessoas)
1970:	32,27% (3.298 pessoas) (5)
Grupo 3	
1940:	60,54% (1.792 pessoas)
1950:	42,80% (2.463 pessoas)
1960:	38,75% (2.542 pessoas)
1970:	35,29% (3.597 pessoas) (5)
Grupo 4	
1940:	1,52% (45 pessoas)
1950:	12,49% (719 pessoas)
1960:	15,32% (1.005 pessoas)
1970:	16,51% (1.688 pessoas) (3)

Tabela 12: *Estabelecimentos comerciais — varejo e atacado — por grupos de municípios, e participação percentual do total da zona sul.*

Grupo 1	
1940:	71,56% (1.591 estabelecimentos)
1950:	70,22% (2.779 estabelecimentos)
1960:	51,41% (3.126 estabelecimentos)
Grupo 2	
1940:	44,75% (994 estabelecimentos)
1950:	43,31% (1.714 estabelecimentos)
1960:	24,96% (1.518 estabelecimentos)
Grupo 3	
1940:	26,81% (597 estabelecimentos)
1960:	26,45 (1.608 estabelecimentos)
Grupo 4	
1940:	17,94% (399 estabelecimentos)
1950:	22,92% (907 estabelecimentos)
1960:	35,42% (2.154 estabelecimentos).

(5). — Para o ano de 1970, o título *pessoal ocupado* refere-se apenas a operários, nos estabelecimentos industriais.

Tabela 13: *Pessoal ocupado em estabelecimentos comerciais por grupos de municípios, e participação percentual do total da zona sul.*

Grupo 1		
1940:	71,35%	(3.233 pessoas)
1950:	70,24%	(4.986 pessoas)
1960:	55,05%	(5.056 pessoas)
Grupo 2		
1940:	20,93%	(2.164 pessoas)
1950:	43,26%	(3.071 pessoas)
1960:	26,35%	(2.420 pessoas)
Grupo 3		
1940:	50,42%	(1.069 pessoas)
1950:	26,98%	(1.915 pessoas)
1960:	28,70%	(2.636 pessoas)
Grupo 4		
1940:	20,12%	(912 pessoas)
1950:	23,28%	(1.633 pessoas)
1960:	33,31%	(3.065 pessoas)

Tabela 14: *Estabelecimentos agrícolas por grupos de municípios, e participação percentual do total da zona sul.*

Grupo 1		
1940:	59,51%	(16.536 estabelecimentos)
1950:	54,92%	(17.215 estabelecimentos)
1960:	46,90%	(14.699 estabelecimentos)
Grupo 2		
1940:	29,87%	(8.302 estabelecimentos)
1950:	26,72%	(8.378 estabelecimentos)
1960:	14,64%	(4.614 estabelecimentos)
Grupo 3		
1940:	29,64%	(8.234 estabelecimentos)
1950:	28,20%	(8.837 estabelecimentos)
1960:	32,26%	(10.034 estabelecimentos)
Grupo 4		
1940:	23,45%	(6.516 estabelecimentos)
1950:	32,29%	(10.123 estabelecimentos)
1960:	32,88%	(10.270 estabelecimentos)

Tabela 15: *Pessoal ocupado em estabelecimentos agrícolas por grupos de municípios, e participação percentual do total da zona sul.*

Grupo 1		
1940:	59,39%	(111.487 pessoas)
1950:	55,46%	(107.312 pessoas)
1960:	48,40%	(91.213 pessoas)

Grupo 2		
1940:	30,88%	(51.968 pessoas)
1950:	32,69%	(63.259 pessoas)
1960:	14,92%	(31.230 pessoas)

Grupo 3		
1940:	28,51%	(53.519 pessoas)
1950:	22,17%	(44.053 pessoas)
1960:	33,48%	(59.983 pessoas)

Grupo 4		
1940:	13,06%	(24.522 pessoas)
1950:	29,79%	(57.645 pessoas)
1960:	35,53%	(74.294 pessoas)

3 para os dos grupos 2 e 4, tipicamente cacauzeiros, entre os anos de 1940 e 1950.

A explicação destas migrações encontra-se em dois elementos:

a). — Após o final da Guerra, com a normalização dos transportes, a exportação de cacau atravessou um bom período, em que a facilidade de exportar aliou-se à necessidade de reestocagem dos tradicionais países compradores, além do surgimento de novos consumidores na Europa Central. Esta situação refletiu-se também nos preços, como mostra a tabela 16. O aumento da demanda e dos preços de cacau favoreceu a atração de pessoal ocupado ou vivendo em nível de economia de subsistência em áreas próximas.

b). — O porto de Ilheus que ocupava uma posição secundária em relação ao de Salvador, no que concerne à exportação de cacau (TAB. 17), assumiu a liderança no comércio exterior daquele produto, contribuindo com isso para o deslocamento, em direção do eixo Ilheus-Itabuna, de pessoas que contavam com novas oportunidades.

Tabela 16: *Preço médio de exportação de cacau em bagas (Cr\$/ton.)*.

1942	3.008	1947	10.643
1943	2.961	1948	15.042
1944	2.997	1949	7.265
1945	2.696	1950	10.974
1946	4.987	1951	13.205

fonte: Banco da Bahia S/A, Relatório da Diretoria, Estatística e Estudos Econômicos, Anexo Nº 19, Bahia, Livr. Catilina, 1952

Tabela 17: *Exportação de cacau (em ton.) pelos portos de Salvador e Ilheus.*

	Salvador	Ilheus
1942	56.259	13.125
1943	100.464	11.103
1944	70.880	27.480
1945	38.342	41.500
1946	58.913	68.029
1947	35.640	59.756
1948	18.468	49.016
1949	26.937	100.817
1950	26.178	98.621
1951	17.386	71.261

fonte: Comércio Exterior do Brasil. Resumo (Estatísticas avulsas, publicadas pelo Serviço de Informações Econômico-Fiscais, da Diretoria de Estatística Comercial, do Ministério da Fazenda) Rio de Janeiro, s.d.

Sendo assim, à dinamização das exportações e à liderança do porto de Ilheus no comércio de cacau correspondeu um aumento absoluto e relativo de pessoal ocupado, na região cacaeira, isto é, nos municípios constantes dos grupos 2 e 4 (zona do cacau). Isso é verdade tanto para a indústria como para o comércio e a agricultura.

Cessada a causa, ou seja, o comércio internacional de cacau retornando a níveis considerados normais, nota-se claramente uma emigração de mão-de-obra da região cacaeira, que, possivelmente, ou retorna às suas origens (menos provável), ou parte em busca de áreas carentes de exploração. No caso do sul da Bahia, e no período correspondente à década de 50 e até a de 60, desmatamento de extensas áreas do interior do extremo-sul parece ter absorvido importantes parcelas desse contingente desligado do cacau.

Interessante ressaltar que o destino desse grupo, originário do cacau e de outras áreas, não foi somente a agricultura. O estabelecimento e crescimento de núcleos “urbanos” no interior do extremo sul funcionou também como atração. Serve de exemplo significativo o caso de Itamarajú, município criado em 1961 e instalado em 1963, e que já em 1970, quanto ao número de estabelecimentos industriais, em toda a zona formada pelas micro-regiões 153, 154 e 155, ocupava o terceiro lugar, com 31 estabelecimentos, apenas precedido de Ilheus (70 estabelecimentos) e Itabuna (103 estabelecimentos). Para o mesmo ano, considerando o pessoal ocupado, Itamarajú aparece em sexto lugar com 232 pessoas, antecedido por Itabuna (2.079), Ilheus (1.279), Medeiros Neto (309), Buerarema (295) e Ipiáú (262 pessoas ocupadas). Nota-se que entre os cinco municípios acima citados, encontra-se na terceira posição o de Medeiros Neto, também incluído na micro-região 155: Interiorana do Extremo Sul da Bahia, o qual conta desde 1953 com a Serraria Água Fria S/A, do grupo BRALANDA, responsável por grande parte do desmatamento ocorrido na região e por parcela significativa do pessoal empregado na indústria no município, e mesmo na região. Em 1970, das 309 pessoas ocupadas na indústria de Medeiros Neto, 181 estavam ligadas a Serraria Água Fria (FIEBA 1973: 359).

O que importa salientar é a funcionalidade desta região em absorver ou não absorver grupos originários do cacau. Nas últimas décadas e até os nossos dias existe uma corrente migratória das diferentes áreas baianas e nordestinas em direção do cacau e daí mais para o sul; e, enquanto o desmatamento por uma atividade lucrativa e pouco fiscalizada deve permanecer o caminho a ser percorrido por parcelas de trabalhadores dos campos e das cidades.

A realidade de Ilheus-Itabuna, consideradas como um eixo, se apresenta diferentemente dos outros municípios da região cacau-eira. Estabelecido como centro regional, esse eixo sedimenta-se como aquele a auferir a curto prazo, os efeitos urbanos dos resultados econômicos do cacau: Ilheus, funcionando como escaudouro marítimo da produção regional, atividade capaz de gerar, até certo ponto, novas aberturas comerciais e industriais. Itabuna, mais para o centro, foi a cidade que assumiu um papel de liderança na região cacau-eira com os anos de 50, gozando de uma posição privilegiada no escasso sistema viário regional. Mas, se a curto prazo, o eixo Ilheus-Itabuna conseguiu usufruir os efeitos multiplicadores da economia cacau-eira, a longo prazo não parece ter-se demonstrado capaz de mantê-los. Detentor, em 1940, de 44,75% dos estabelecimentos comerciais da nossa amostra de cidades da região, o “centro

bicéfalo” da região cacauera mantem a mesma participação em 1950, a qual, porem, já em 1960, decai para 24,96%. Quanto ao pessoal ocupado nesses estabelecimentos, o percentual é de 20,93%, 43,26% e 26,35%, nos anos de 1940, 1950 e 1960, respectivamente. Passados os tempos favoráveis, mudanças significativas se processam nos estabelecimentos comerciais e industriais e com a mão-de-obra por eles utilizada. Fato mais ou menos semelhante pode ser constatado em relação às indústrias (tab. 10 e 11).

Poder-se-ia argumentar, por outro lado, que nos municípios restantes da micro-região cacauera houve um acréscimo, tanto de estabelecimentos comerciais e industriais, quanto de pessoal ocupado (tab. 10-13), ou que as perdas de Ilheus e Itabuna corresponderiam às perdas de território, com a criação de outros municípios.

Tal suposição, para nós, não é real. Os acréscimos dos demais municípios não compensam as perdas do eixo Ilheus-Itabuna, apesar de serem significativos. Por outro lado, os municípios de Ilheus e Itabuna não tinham no seu interior núcleos urbanos de maior relevo, concentrando, pois, o grosso dos estabelecimentos e pessoal ocupado na indústria e no comércio nas sedes municipais.

7. — *Um processo de esvaziamento.*

Depois de ter indicado, como elemento mais responsável pela urbanização na região sul da Bahia, o setor econômico não ou só indiretamente ligado ao cacau, enquanto o setor cacauero se apresenta indiferente ou avesso à urbanização, resta-nos falar da aparente contradição entre a renda gerada pelo cacau e o baixo nível de investimentos destas rendas nos setores de economia urbana. Quem conhece o sul da Bahia, conhece o fenômeno: a dupla evasão da elite regional e das rendas geradas na região.

A economia cacauera cresceu e se manteve em estrita dependência com a conjuntura do mercado mundial.

Ainda nas últimas décadas, a participação do cacau e derivados no total do valor da exportação baiana era o seguinte (ICB 1958):

	%	valor em Cr\$ 1.000
1943	59,09%	342.069
1944	51,42%	348.113
1945	37,56%	252.307
1946	54,60%	727.814

1947	65,95%	1.132.801
1948	70,20%	1.142.044
1949	69,31%	1.048.479
1950	74,55%	1.576.852
1951	72,78%	1.407.740
1952	63,13%	848.102
1953	77,48%	1.805.709
1954	81,93%	4.338.890
1955	77,11%	4.083.424
1956	70,85%	3.782.505
1957	71,30%	4.012.542

É bem conhecido o fenômeno da Bahia não usar as divisas estrangeiras produzidas por seu setor de exportação; a percentagem das divisas estrangeiras não usadas para importações atinge cifras altas entre 47,7% (1952) até 84,9% (1959) ou uma média de cerca de 75% nas décadas de 1950 e 1960, sendo as importâncias correspondentes transferidas para outras regiões do país (RITZ 1972: 58/59).

Esta transferência de rendas para fora da Bahia, renda na sua maior parte proveniente da região cacaueteira, é o indicador mais significativo de um fenômeno complexo: o processo de esvaziamento da região. Registramos, primeiro, como hipóteses ou como constatações de verdades óbvias para o conhecedor da zona, alguns aspectos deste mesmo fenômeno:

1). — Constata-se num abandono bastante generalizado das casas-sedes das fazendas de cacau, evidenciando uma evasão da elite regional.

2). — Essa evasão aumenta conforme o grau de bem-estar alcançado pelo fazendeiro: enquanto o pequeno fica mais na fazenda, ou no centro urbano, local, o proprietário médio mora mais no centro regional, Itabuna ou Ilheus, e os maiores cacauicultores em Salvador ou mesmo em outras metrópoles, especialmente no Rio de Janeiro.

3). — Outra correlação paralela existe entre a presença física do fazendeiro e seu grau de dedicação ao cultivo: os que moram fora se dedicam menos, muitas vezes limitando a sua presença em atos simbólicos de visitas anuais.

4). — Na medida em que o proprietário se afasta da fazenda, esta tende a não ser mais objeto de dedicação, mas só fonte de renda.

5). — O desenvolvimento do sistema de comunicação faz acelerar a evasão: a permanência na região com temporadas esporádicas na capital tende a se transformar em permanência na capital com temporadas esporádicas na fazenda.

6). — O sistema educacional é outra causa do esvaziamento da região: as possibilidades reduzidas de formação levam a elite a sair da região.

7). — Uma vez abandonado o contacto permanente com a fazenda, o proprietário cria um novo sistema de orientação profissional, de interesses pessoais e econômicos, ligações familiares e de “mentalidade urbana”, sistema dentro do qual a antiga base econômica ficou marginalizada em todos os sentidos.

8). — As características históricas da economia cacaueteira — monocultura voltada para a exportação e dependente do mercado externo — acentuam o processo de alienação da economia regional, não dando margem ao desenvolvimento autônomo e à urbanização auto-sustentada.

Como “uma primeira causa da lentidão do nosso progresso”, um político regional e então deputado federal, Eunápio Peltier de Queiroz, diagnosticou em 1950, o processo da exportação de rendas da região:

“... o nosso estacionamento decorre, principalmente, do hábito generalizado entre os nossos contradeiros, quando alcançam boas condições financeiras, de aplicarem fora, nas Capitais, os lucros auferidos na zona. Se tais disponibilidades, que, de fato, representam o valor líquido da produção, fossem aplicadas em melhoramentos locais, o panorama seria completamente outro” (QUEIROZ 1950: 10).

E logo indica um dos setores mais geralmente admitidos com primeiro campo da aplicação de rendas do cacau:

“a preferência pela aquisição de imóveis nas grandes cidades que oferecem reais garantias de valorização” (*ibid.*). “A transferência para as capitais é um prêmio a que se julgam com direito aqueles que viveram e venceram uma vida de sacrifícios e desejam maior conforto e maiores facilidades de educação para os filhos” (*ibid.*).

Podemos ir além. O processo de evasão de rendas e elites não para aqui: é completado por uma mudança de mentalidade. Não é raro o caso do proprietário que limita as suas relações com as suas próprias fazendas a visitas esporádicas, não se dedicando à lavoura, nem a melhoramentos técnicos, nem à renovação das culturas, limitando-se a pouco mais do que à administração das rendas líquidas; vê-se também o proprietário que “detesta” a fazenda, “tem horror” do “primitivismo” e dos “incômodos” da “mata de cacau”: o homem urbanizado, cujos interesses e cujo estilo de vida se tornou incompatível com o seu passado.

Sem podermos tratar deste amplo assunto, só queremos indicá-lo como um dos problemas da zona cacauceira: a formação de uma mentalidade que interpretamos como a sequência natural do esvaziamento da região. Em relação às fazendas, os centros urbanos de Ilheus e Itabuna, e sobretudo Salvador, ao lado do Rio de Janeiro e outras capitais, não só oferecem melhores possibilidades de aplicação de renda, de educação dos filhos, de carreira profissional e de atividade política, mas se constituem em centros de uma nova mentalidade.

A industrialização, forçada a partir da década de 1950 na região de Salvador, exerce necessariamente as suas influências no sentido de um novo sistema de valores e aspirações, dos quais ela própria também já é consequência. Cria-se, desta forma, nas palavras de Milton Santos, uma nova “solidariedade global” (SANTOS 1971: 150/51), não mais entre uma região econômica e o seu centro político-administrativo-econômico, mas sim entre uma região e um setor econômico. Enquanto uma região, a cacauceira, sofre um processo lento e constante de esvaziamento econômico-financeiro e da elite regional, a outra está em franco processo de afirmação. A industrialização da região de Salvador e o desenvolvimento econômico e industrial de outras regiões baianas e nacionais levaram a um deslocamento de forças, de influências e de decisões econômicas e políticas, aumentado pelo deslocamento físico de grandes contingentes da elite regional para o centro de decisão, e pela penetração de riquezas de proveniência “rural” no próprio setor da industrialização.

A economia cacauceira, tradicionalmente dependente do mercado exterior e “orientada para fora”, não formou, ou não formou suficientemente esta “solidariedade global” da região como ponto de convergência dos interesses econômicos e políticos, rurais e urbanos.

8. — *Conclusão: uma hipótese.*

Os assuntos tratados nestes “apontamentos” exigem todos maior aprofundamento, tanto do ponto de vista histórico, quanto geográfico, sociológico e psicológico. Restringimo-nos em por em evidência alguns fatos do desenvolvimento demográfico, urbano, comercial e industrial de uma zona tradicionalmente ligada à produção de uma matéria prima do tipo colonial — o cacau — ao lado do qual outros setores até hoje só alcançaram significado secundário. Acreditamos ter reunido elementos para fundamentar a nossa primeira hipótese, isto é, de que a monocultura do cacau no sul da Bahia, por suas características históricas, não se revelou capaz de sustentar um processo contínuo e auto-sustentado de urbanização regional.

9. — *Obras citadas.*

- AE BAHIA 1924 Direcção do Serviço de Estatística do Estado da Bahia. Anuario Estatístico. Anno de 1924. Território e população, vol. 1. Bahia, Impr. Off., 1926.
- BOKEL 1913 Francisco José Bokel, População da Bahia, in: Rev. do Inst. Geogr. e Hist. da Bahia, vol. XVIII, anos XVIII, XIX, XX, nº 37, 38, 39, 1911-1913, Bahia 1913, p. 196-198.
- AGUIAR 1960 Manuel Pinto de Aguiar (Org.) A zona cacauzeira. ed. p. Instituto de Economia e Finanças da Bahia, Universidade da Bahia (1960).
- ALENCAR 1970 Maria Helena Alencar, Aspectos da concentração da produção de cacau e da estrutura fundiária na região cacauzeira do Estado da Bahia. Comunicação técnica nº 37, Itabuna-Ilheus CEPLAC, 1970.
- EMBR Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, vol. XX e XXI, Rio de Janeiro, 1958.
- FIEBA 1973 Federação das Indústrias do Estado da Bahia. Cadastro Industrial da Bahia, 1973, Bahia, 1973.
- IBGE (varias publicações citadas como fontes das tabelas 7 a 9).
- ICB 1958 Instituto de Cacau da Bahia. Estatística. Cacau. Produção, comércio, Indústria, Bahia, 1958 (sem pag.).
- QUEIROZ 1950 Eunápio Peltier de Queiroz, Problemas econômicos de Ilheus no plano da Administração federal, Rio de Janeiro, Dep. de Impr. Nac., 1950.
- RITZ 1972 Armin Ritz, As exportações internacionais e interregionais no desenvolvimento econômico da Bahia (1950-1969), tese mimeogr., Salvador, 1972.
- SANTOS 1971 Milton Santos, Les villes du Tiers Monde, Paris, Ed. M.-Th. Génin, 1971.

- SETRABES 1972 Secretaria do trabalho e bem estar social. Mão-de-obra no setor primário. Cultura do dendê, Bahia, ed. mimeogr., 1972.
- SINOPSE BAHIA 1970 IBGE. Sinopse preliminar do censo demográfico. VIII recenseamento geral — 1970 — Bahia Rio de Janeiro, IBGE, 1971.
- VIANNA 1893 Francisco Vicente Vianna, Memória sobre o Estado da Bahia, Bahia, Tip. do Diário da Bahia, 1893.

* *

*

INTERVENÇÕES.

Da Prof.^a *Ismênia de Lima Martins*

Pede esclarecimentos quanto às relações de trabalho, ao nível da unidade de produção da fazenda. No caso do assalariado, onde se abastece o trabalhador ?

*

Da Prof.^a *Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula* (FFLCH/USP)

Pergunta:

1. — A monocultura cacaueteira não marcou os aglomerados urbanos?
2. — Como teria sido feita a administração de tais propriedades rurais?

*

Do Prof. *Sérgio Lobo de Moura* (FFLCH/USP).

Indaga:

A inexistência de desenvolvimento urbano na região cacaueteira não estaria ligada ao modo de exploração do produto, que é exportado sem beneficiamento, ou quase?

*

RESPOSTAS DO PROFESSOR JOHANNES AUGEL.

A Prof.^a *Ismênia Lima Martins*.

Disse:

“À conjuntura do cacauete corresponde, ao menos legalmente, ao trabalho livre. Encontramos, contudo, a utilização do artifício do

ZONA SUL

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E PESSOAL OCUPADO. (1940-1970)

MUNICÍPIOS	Estabelecimentos	1940 (1)		1950 (2)		1960 (3)				1970 (4)		
		Pessoal Total	Ocupado Operários	Estabelecimentos	Pessoal Total	Ocupado Operários	Estabelecimentos	Pessoal Total	Ocupado Operários	Estabelecimentos	Pessoal Total	Ocupado Operários
MR 144: Jequié	72	294		88	420	319	116	506	378	94		1.058
MR 145: Plan. Conq.												
2 Poções	20	237		45	310	260	63	450	393	8		51
3 Vit. da Conquista	10	70		131	398	258	98	622	507	102		1.595
MR 146: Past. Itapet.												
4 Itambé	5	28		13	398	75	16	125	80	14		158
5 Itapetinga							102	645	562	70		693
MR 152: Tab. Valença												
6 Ibirapitanga										9		56
7 Valença	25	1.428		56	1.645	1.553	59	1.414	1.277	17		944
MR 153: E. Pla. Conq.												
8 Itapebí							14	32	25	6		49
9 Pau Brasil										5		39
MR 154: Cacaueira												
10 Aurelino Leal										5		33
11 Barro Preto										5		31
12 Belmonte	6	20		21	71	51	10	25	18	7		48
13 Buerarema										12		295
14 Camacan										10		80
15 Canavieiras	7	19		34	152	121	46	144	98	8		52
16 Coaraci							15	38	25	19		132
17 Ibicarai							117	359	240	14		184
18 Ibiritaia										5		38
19 Ilheus	85	606		216	1.071	817	105	657	545	70		1.279
20 Ipiaú				111	464	341	23	81	61	29		262
21 Itabuna	42	252		148	993	805	166	948	787	103		2.079
22 Itajuípe							31	97	80	25		198
23 Ubaitaba				11	29		37	98	76	8		57
24 Ubatã							23	55	36	13		100
25 Una	3	6		—	3			65	49	8		102
26 Urucuca								43	36	9		76
MR 155: I. Ext. Sul Ba.												
27 Itamarajú										31		232
28 Medeiros Neto								156	128	10		309

275 2.960 906 5.724

6.560 5.401 716 10.220

1. IBGE — Censos Econômicos — Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços Recenseamento Geral do Brasil — 1940 Rio de Janeiro, 1950. Págs. 309-311.
2. IBGE — Censos Industrial, Comercial e dos Serviços — Estado da Bahia Rio de Janeiro, 1956. Págs. 73 e 74 .
3. IBGE — Censo Industrial de 1960 — Estados de Sergipe, Bahia e Minas Gerais. Rio de Janeiro, 1960. Série Regional. Vol. III. Tomo IV. Págs. 49,51 e 52.

4. Federação das Indústrias do Estado da Bahia, Cadastro Industrial da Bahia, 1973.

5. O cadastramento da FIEBA, corresponde apenas às empresas que possuem 5 (cinco) ou mais operários.

A designação *operários* do quadro, acima corresponde à *mão-de-obra empregada* do referido cadastro. Estão incluídos no quadro acima, os estabelecimentos entrados em funcionamento no ano de 1970.

MUNICÍPIOS	ZONA SUL (ATACADO E VAREJO) E PESSOAL OCUPADO (1940-1960)																			
	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS						PESSOAL OCUPADO						PESSOAL OCUPADO (1940-1960)							
	Estabeleci.			Pessoal Ocupado			Estabeleci.			Pessoal			Ocupado			Estabeleci.			Pessoal Ocupado	
	T.	V.	A.	Total	Varej.	Atac.	T.	V.	A.	Total	t	Varej.	Atac.	T.	V.	A.	Total	Varej.	Atac.	
MR 144: Jequié	393	331	62	648	497	151	508	473	35	967		856	111	574	533	41	1.006	893	113	
MR 145: Plan. Conquista																				
2 Poções	196	181	15	327	282	45	195	178	17	310		280	30	289	264	25	353	319	34	
3 Vit. da Conquista	115	110	5	206	191	15	320	310	10	537		518	19	830	787	43	1.321	1.241	80	
MR 146: Past. Itapetin.																				
4 Itambé	37	37	—	59	59	—	76	76	—	149		147	2	77	69	8	113	95	8	
5 Itapetinga														242	238	4	364	356	8	
MR 152: Tab. Valença																				
6 Ibirapitanga																				
7 Valença	89	77	12	215	147	68	237	226	11	411		374	47	204	204	—	309	309	—	
MR 153: E. Pla. Conq.																				
8 Itapebí														71	69	2	87	82	5	
9 Pau Brasil																				
MR 154: Cacaueira																				
10 Aurelino Leal																				
11 Barro Preto																				
12 Belmonte	243	231	12	445	325	120	185	185	—	274		240	34	142	141	1	176	173	3	
13 Buerarema																				
14 Camacã																				
15 Canavieiras	110	95	15	213	152	61	307	300	7	596		577	19	421	406	15	762	730	32	
16 Coaraci														142	138	4	174	163	11	
17 Ibicará														723	709	14	862	835	27	
18 Ibirataia																				
19 Ilheus									50	1.652		1.389	263	759	733	26	1.145	1.037	108	
20 Ipiaú							263	249	14	493		454	39	169	154	15	305	273	32	
21 Itabuna									35	1.419		1.311	108	759	725	34	1.275	1.154	121	
22 Itajuípe														161	156	5	203	184	19	
23 Ubaitaba									—	215		199	16	182	179	3	244	223	21	
24 Ubatã														62	60	2	94	88	6	
25 Una	46	23	23	254	34	220	45	45	—	75		66	9	64	63	1	126	116	10	
26 Uruçuca														88	87	1	118	117	1	
MR 155: I. Ext. Sul Ba.																				
27 Itamarajú																				
28 Medeiros Neto														121	121	—	146	146	—	
TOTAIS	621	333	40	730	583	147	768	733		7.098				6.080			9.183			

1 IBGE — Censos Econômicos — Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços Recenseamento Geral do Brasil — 1940. Rio de Janeiro. 1950. Págs. 363/368.

2. IBGE — Censos Industrial, Comercial e dos Serviços — Estado da Bahia Rio de Janeiro, 1956. Págs. 107/108 e 139/140.
3. IBGE — Censos Comercial e dos Serviços de 1960. Sergipe e Bahia. Rio de Janeiro, 1967. Págs. 49,51,52,55,57 e 59.

Municípios	ZONA			SUL			Estab.	Área (ha)	P.Ocupado (6)
	Estabel.	Área (ha)	P. Ocupado (4)	Estabel.	Área (ha)	P. Ocupado (5)			
MR 144: Jequié									
1 Jequié	3.610	244.504	30.207	3.802	288.036	20.591	3.450	271.880	20.327
MR 145: Plan. Conq.									
2 Poções	4.030	321.180	41.520	3.222	321.051	23.189	4.257	221.424	28.628
3 Vit. da Conquista	3.762	316.183	15.613	3.311	450.883	17.289	4.437	467.611	32.042
MR 146: Past. Itapet.									
4 Itambé	703	226.484	10.181	783	292.005	5.339	436	134.153	3.291
5 Itapetinga							509	198.076	3.330
MR 152: Tab. Valença									
6 Ibirapitanga									
7 Valença	862	48.823	7.699	1.724	29.398	6.173	2.147	58.948	7.631
MR 153: E. Pla. Conq.									
8 Itapebi							451	115.773	4.128
9 Pau Brasil									
MR 154: Cacaueira									
10 Aurelino Leal									
11 Barro Preto									
12 Belmonte	2.062	161.253	11.015	2.030	217.059	12.516	1.466	80.674	7.125
13 Buerarema									
14 Camacan									
15 Canavieiras	2.957	186.598	7.572	4.540	253.607	23.906	2.597	179.553	11.756
16 Coaraci							501	43.544	5.213
17 Ibicaraí							1.147	91.302	12.915
18 Ibiritaia									
19 Ilheus	4.071	247.869	26.669	4.008	262.193	32.100	2.273	167.906	15.109
20 Ipiaú					82.034	12.587	1.688	81.592	13.495
21 Itabuna	4.231	273.297	31.299	4.370	305.950	31.159	2.342	200.564	16.104
22 Itajuípe							580	39.169	3.684
23 Ubaitaba				553	32.670	3.888	483	45.834	5.406
24 Ubatã							190	10.539	1.524
25 Una	1.497	58.883	5.935	1.093		4.748	1.117	101.595	9.967
26 Uruçuca							501	35.039	3.479
MR 155: I. Ext. Sul Ba									
27 Itamarajú									
28 Medeiros Neto							661	118.187	3.929
TOTAIS	27.785		187.935	31.343		193.485	31.233		209.683

1. IBGE — Censos Econômicos — Agrícola, Industrial, Comercial e dos Serviços — Recenseamento Geral do Brasil, 1940. Rio de Janeiro, 1950. Págs. 41/43, 47/49, 50/52.
2. IBGE — Estado da Bahia — Censo Agrícola. Rio de Janeiro, 1956. Págs. 27/28, 66/68, 78/79.

3. IBGE — Censo Agrícola de 1960 — Bahia. Rio de Janeiro, 1967. 1ª Parte, Págs. 17, 19, 20 e 72, 76, 78.
4. Incluindo pessoal temporário e membros da família do responsável.
5. Excluindo-se os parceiros.
6. Todos os empregados e mais responsável e membros não remunerados da família.

“barracão”; espécie de armazem de propriedade do dono da fazenda de cacau, localizado na mesma, o qual fornecia aos trabalhadores gêneros alimentícios e outros de utilização doméstica indispensável, consumindo grande parte do salário.

Este artifício, apenas superado recentemente na maior parte da região, cedeu lugar ao regime assalariado propriamente dito, onde o trabalhador começou a servir-se dos “comércios” próximos as fazendas ou mesmo das pequenas “vendas”, onde se abastecem.

O “barracão” persiste apenas naquelas fazendas situadas distante de cidades ou de “comércios”.

*

À Prof.^a *Maria Regina Cunha Rodrigues Simões de Paula*.

Responde:

“1. — A monocultura do cacau, na sua fase de expansão, ou seja, entre 1900 e a crise 1927-31 (retração dos mercados, queda dos preços, como efeito da situação de crise internacional), marcou de uma forma mais ou menos nítida, uma série de aglomerados urbanos da região sul da Bahia.

Foi em função de sua *expansão* indiscriminada que apareceram e se desenvolveram alguns núcleos “urbanos”, sobretudo Ilheus e Itabuna. Porém, em tempos recentes, como evidencia o trabalho, a monocultura do cacau perde a sua função causal, e mais, se mostra incapaz de sustentar e desenvolver os aglomerados existentes. Nos últimos dois decênios, mais ou menos, porém, o processo de urbanização independe cada vez menos do cacau, e sim de fatores como localização da cidade no sistema viário federal e estadual e implantação de indústrias.

2. — A administração das propriedades rurais, enquanto existiu o processo de formação da grande propriedade, foi assumida diretamente pelo proprietário rural, que mesmo residindo em alguma cidade da região, mantinha contato constante com a sua propriedade na qual “mandava” e que marcava com a sua presença.

Ao processo de transferência da renda regional, destinada de preferência a investimentos imobiliários e industriais nas grandes capitais (Salvador e Rio de Janeiro, principalmente), correspondeu um processo de esvaziamento da elite regional, que passou a se fixar nas grandes cidades.

Nesta oportunidade, a administração passa a ser exercida através de terceiros, os quais, dependendo da natureza da sua qualificação, estão mais ou menos subordinados ao proprietário. Este, por sua vez, estabelece uma ligação com a região apenas na medida em que auferir os lucros gerados pelo produto em pauta: o cacau.

Tanto historicamente quanto nas condições de hoje, o distanciamento mais ou menos grande entre proprietário e propriedade tende a corresponder ao nível sócio-econômico do plantador de cacau: enquanto o pequeno proprietário toma pessoalmente a frente dos seus afazeres, o grau de evasão aumenta com o crescente *status* sócio-econômico alcançado. Todavia, podemos identificar a presença de grandes proprietários moradores da região e/ou daqueles residentes nas capitais, mas que moram nas fazendas durante determinado número de meses, cada ano, comportamento esse, porém, que tampouco significa um maior vínculo para com a região, não implicando em atitudes ou sistemas de valores divergentes dos do tipo de proprietário completamente ausente da sua propriedade, “que cuidam da exploração das propriedades em forma estritamente comercial”, segundo as palavras de Otto Seligsohn.”

*

Ao Prof. *Sérgio Lobo Moura*.

Responde:

“Ao analisarmos o processo de esvaziamento da região, indicamos como hipótese ou certeza óbvia para o conhecedor da região (pg. 30, n.º 8) que a monocultura, voltada para a exportação e dependente do mercado externo, acentua o processo de alienação da economia regional, *não dando margem ao desenvolvimento autônomo e à urbanização auto-sustentada*.

O fato do produto ser exportado principalmente em estado bruto, sem beneficiamento nem industrialização, sem dúvida aumentou o estado de dependência da conjuntura externa. Igualmente, a região cacauzeira da Bahia, dispondo de uma ampla produção, teria tido (e talvez ainda tenha) uma chance para tomar o cacau como uma das bases de sua industrialização. Efetivamente, foram feitos esforços nesse sentido. Em Ilheus, as primeiras máquinas para produtos semi-manufaturados de cacau começaram a trabalhar em 1927. A época da Segunda Guerra Mundial parece ter significado um certo avanço no processo da industrialização (fundação de algumas fábricas para produtos de cacau), mas, assim mesmo, ainda para o ano de 1956, a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros chama Ilheus,

por um lado, “o principal produtor da Região”, com 351.191 sacas de cacau, registrando, porem, por outro lado, que “a indústria ilheense é ainda de pequena importância econômica para o município”, ressaltando a fabricação de torta e manteiga de cacau pela “Cacau Industrial S.A.”, fabrica esta, fundada em 1908 e a mais antiga e pioneira no ramo, funcionando até hoje, com cerca de 500 trabalhadores, fabricando manteiga, massa, pó e torta de cacau. Na pauta de exportação, tais produtos semi-acabados, hoje em dia, atingem percentagens relevantes no total da exportação da Bahia para o exterior: nos anos de 1967/71, o cacau em bagas perfazia uma média de 41,4% da exportação exterior, a manteiga de cacau 18,2% e a torta de cacau 1,6% do valor total. O exemplo citado da Cacau Industrial S.A., com cerca de 500 operários, ou o outro da Chadler S.A. (fundada em 1944), que emprega pouco mais de 200 operários (em Salvador), já possibilita uma idéia aproximada da pouca importância de tais ramos no conjunto da economia baiana, e— o que nos interessa mais no contexto do nosso trabalho — a pouca influência que o pequeno número de fábricas no setor cacauero pode exercer no processo de urbanização.”